

RESOLUÇÃO Nº 59/2007

(Publicada no Diário Oficial de 28/12/2007)

Ratificada e Alterada pelas Resoluções nºs 08/08, 05/13, 113/13, 68/14, 94/19 e 160/19.

Ver Resolução nº 08/08 - que incluiu no benefício do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS as importações de resina de PVC (NCM 3904.10.10).

Ver Resolução nº 05/13, que prorrogou o prazo de fruição dos benefícios concedidos por mais 80 (oitenta) meses.

Ver Resolução nº 113/13, que alterou a titularidade da empresa.

Ver Resolução nº 160/19, que prorrogou o prazo de fruição dos benefícios concedidos por mais 05 (cinco) meses.

Habilita a ASPERBRÁS TUBOS E CONEXÕES LTDA., aos benefícios do DESENVOLVE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar habilitado, “*ad referendum*” do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto da ASPERBRÁS TUBOS E CONEXÕES LTDA., CNPJ nº 02.271.201/0008-25 e IE nº 110.703.305NO, instalada no município de Simões Filho, neste Estado, para produzir tubos, conexões e peças de PVC e compostos de PVC (NCM 3904.90.00), sendo-lhe concedidos os seguintes benefícios:

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 68, de 29/07/14, DOE de 02 e 03/08/14, efeitos a partir de 02/08/14.

Redação anterior dada ao art. 1º pela Republicação da Resolução nº 113, de 03/09/13, DOE de 11/09/13, tendo em vista mudança de titularidade da empresa, efeitos a partir de 11/09/13 a 01/08/14:

“Art. 1º Considerar habilitado, *ad referendum* do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto da ASPERBRÁS TUBOS E CONEXÕES LTDA., CNPJ nº 02.271.201/0008-25 e IE nº 110.703.305NO, instalada no município de Simões Filho, neste Estado, para produzir tubos, conexões e peças de PVC, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:”

Redação anterior dada ao art. 1º pela Resolução nº 113, de 03/09/13, DOE de 05/09/13, efeitos de 05/09/13 a 10/09/13:

“Art. 1º Considerar habilitado, *ad referendum* do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto da ASPERBRÁS TUBOS E CONEXÕES LTDA., CNPJ nº 02.271.201/0006-63 e IE nº 105.879.703NO, instalada no município de Simões Filho, neste Estado, para produzir tubos, conexões e peças de PVC, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:”

Redação original, efeitos até 04/09/13:

“Art. 1º Considerar habilitado, *ad referendum* do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto da ASPERBRÁS BAHIA LTDA., CNPJ nº 03.685.549/0001-55, no município de Simões Filho, neste Estado, para produzir tubos, conexões e peças de PVC, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:”

I - diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;

b) nas aquisições internas de resina e composto de PVC e dióxido de titânio, de estabelecimentos industriais onde sejam exercidas as atividades enquadradas na CNAE-Fiscal, sob os códigos nºs 2022-3/00 (intermediários para resinas e fibras), anteriormente 2422-8/00 e 2031-2/00 (fabricação de resinas termoplásticas), anteriormente 2431-7/00, nos termos dos itens 2 e 4, alínea “a”, inciso XI do art. 2º do Decreto nº. 6.734/97 e alterações, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização e, a partir de 1º de julho de 2019, as importações do exterior de estabilizante Polystab EL 4005 (NCM 3812.30.29), com base na alínea “m”, inciso XLVI do art. 2º do Decreto nº 6.734/97, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização.

Nota: A redação atual da alínea “b” do inciso “I” do art. 1º foi dada pela Resolução nº 94, de 28/08/19, DOE de 04/09/19, efeitos a partir de 04/09/19.

Redação original, efeitos até 03/09/19:

"b) nas aquisições internas de resina e composto de PVC e dióxido de titânio, de estabelecimentos industriais onde sejam exercidas as atividades enquadradas na CNAE-Fiscal, sob os códigos nºs 2022-3/00 (intermediários para resinas e fibras), anteriormente 2422-8/00 e 2031-2/00 (fabricação de resinas termoplásticas), anteriormente 2431-7/00, nos termos dos itens 2 e 4, alínea “a”, inciso XI do art. 2º do Decreto nº. 6.734/97 e alterações, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização e."

II - dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.

Art. 2º Conceder prazo de 64 (sessenta e quatro) meses para fruição dos benefícios, contados a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º Sobre cada parcela do ICMS, com prazo de pagamento dilatado, incidirá taxa de juros de 85% (oitenta e cinco por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 20 de dezembro de 2007.

RAFAEL AMOEDO AMOEDO
Presidente